

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GT 14: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos
movimentos sociais latino-americanos**

**O CONFLITO EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
DE BELO MONTE SOB O IDIOMA DA COPRODUÇÃO**

Lorena Cândido Fleury¹

Caxambu-MG, 27 a 31 de outubro de 2014

¹ Doutora em Sociologia (PPGS/UFRGS), com estágio de doutorado na Universidade Paris X – Nanterre.
Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: lorena.fleury@ufrgs.br

Introdução

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, projetada para ser implantada no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, é frequentemente apresentada como aquela que será a terceira maior hidrelétrica do mundo – com proporcional capacidade de gerar controvérsias e conflitos. Tais conflitos persistem há mais de 30 anos, e têm em seu histórico estratégias e associações entre grupos e demandas que estão na origem do socioambientalismo, demarcando uma nova fronteira de atuação e reivindicação política. O objetivo deste artigo é analisar os movimentos de transformação, cruzada e simultânea, dos distintos sujeitos ao longo da trajetória deste conflito, destacando-se como uma ampla rede é associada, conectando grupos sociais diversos – indígenas, ribeirinhos, agricultores, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades –, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu, de forma instável e controversa, disputando-se a realização ou não deste projeto.

Para tanto, apresenta-se necessário um breve recuo no tempo – os estudos para a implantação da hidrelétrica remontam a 1975. Nesse exercício histórico, percebe-se que uma série de transformações nos grupos envolvidos e nos espaços mobilizados tem lugar, de forma contínua e associada. De fato, percebe-se que configurando a formulação e a execução deste empreendimento há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde o capital internacional a empreiteiras, de estratégias de governo a membros do “setor elétrico”. Com efeito, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e é prioritária também no governo Dilma Rousseff. No entanto, sua complexidade técnica, seu contexto socioambiental e seus altos custos econômicos exigiram um arranjo institucional altamente elaborado, o que efetivamente só se concretizou a partir de 2005, durante os mandatos presidenciais de Lula e mantendo-se no governo Dilma Rousseff. Para tanto, foram necessários ajustes, alterações, transformações, nas mais distintas esferas: instituições, paisagens, movimentos, tecnologias.

De outra parte, há uma não menos intensa e persistente rejeição ao projeto. Essa rejeição traz em seu bojo um dos principais marcos do surgimento do socioambientalismo, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989, quando grupos

indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos, ambientalistas e entidades da sociedade civil, decidiram protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Este fato é especialmente importante porque, de acordo com Cunha e Almeida (2009, p. 277), a partir de então ocorreu uma “surpreendente mudança de rumo ideológico”, na qual “as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade”, basicamente pela sua associação à conservação ambiental. A própria noção de “populações tradicionais”, entendida como sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto.

Para se analisar a complexidade das relações entre os distintos grupos envolvidos, acompanhando os movimentos de deslocamento entre indígenas, militantes de movimentos sociais e instituições estatais – que, em alguns casos, são vínculos que se acumulam nas trajetórias pessoais dos que participam dos embates em torno de Belo Monte –, inicialmente será apresentada a hidrelétrica de Belo Monte, à guisa de contextualização. Em seguida, será revisitada a *trajetória do conflito*, mas, contudo, atentando para os movimentos de transformação, cruzada e simultânea, dos distintos sujeitos do conflito ao longo de sua trajetória. Isto é, iremos nos servir do idioma da *coprodução* para reinterpretar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte com o objetivo de não recair em polarizações e dicotomias em torno deste processo. O artigo encerra com algumas considerações finais a respeito das implicações, analíticas e metodológicas, da interpretação dos movimentos de ajustes e transformações de grupos sociais e entidades como formas de entrecaptura.

Belo Monte, a obra: localização e contexto atual

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) começou a ser construída no primeiro semestre de 2011 no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, nas adjacências de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). Composta por uma barragem principal, na localidade chamada sítio Pimental, uma segunda barragem localizada no sítio Bela Vista, uma casa de força principal, situada na comunidade Belo Monte, um canal de derivação e vários diques, a construção da UHE Belo Monte implica

em obras em diferentes trechos do Rio Xingu e em terras vizinhas. Segundo a Eletrobrás, a concepção do empreendimento visa ao aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte, onde o rio já passa a sofrer influências do Rio Amazonas e da maré. O reservatório da UHE Belo Monte está previsto para ter 516 km² de área alagada, sendo formado a partir do desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental.

Para tanto, são necessárias escavações da ordem de 150,7 milhões de m³ e 50 milhões de m³ de rochas – superiores à escavação realizada para construção do Canal do Panamá –, demandando a utilização de 4,2 milhões de m³ de concreto (LISBOA; ZAGALLO, 2010). Em consequência desse desvio, um trecho de cerca de 100 km do leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, terá o seu nível de água drasticamente reduzido. Esse trecho abrange a maior parte da região conhecida como Volta Grande do Xingu, notória por sua alta diversidade biológica (MEDEIROS, 2009), e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas (TI), TI Paquiçamba e TI Arara dos Maia (FIG.01).

Após concluída, estima-se que Belo Monte terá potencial de produzir até 11.200 Megawatts (MW), o que a colocaria como a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, atrás das usinas hidrelétricas de Três Gargantas, na China, e de Itaipu, situada na fronteira entre o Brasil e a Argentina. No entanto, devido à sazonalidade do Xingu, considera-se que a potência média garantida ao longo do ano é de 4.796 MW de energia firme² (ELETROBRÁS, 2002).

Sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, e executada pela sociedade de propósito específico Consórcio Norte Energia, a UHE Belo Monte conta em seus quatro canteiros de obras, atualmente, com aproximadamente 18 mil trabalhadores. Desse total, 14 mil trabalhadores são funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), empresa responsável pelas obras civis, e quatro mil são empregados por empreiteiras subcontratadas. O cronograma inicial do empreendimento considera a entrada em operação da primeira turbina em fevereiro de 2015.

Contudo, este cronograma tem estado desde o seu início sob a iminência de ser alterado em função dos inúmeros problemas relacionados à obra. Ações no judiciário,

² A energia firme representa a capacidade de produção de uma usina no período crítico do referido sistema, ou seja, aquele período para o qual as vazões históricas são baixas, implicando menor capacidade de produção.

solicitações de suspensão imediata da obra pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), paralisações de estradas e de canteiros de obras devido a ocupações realizadas por indígenas, greves de trabalhadores e mais recentemente até mesmo o flagrante de crime de tráfico de pessoas em estabelecimentos localizados no interior da área do canteiro de obras são exemplos de situações frequentemente veiculadas como motivos para possíveis interrupções ou a suspensão total da construção da UHE Belo Monte. Ainda assim, segundo o consórcio empreendedor, “as dificuldades não alteraram as metas previstas para 2012 e, por isso, o final de ano foi de comemorações.” (NORTE ENERGIA, 2012).

No entanto, os motivos para comemorações estão longe de ser um consenso. Segundo informações do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, coletivo que congrega cerca de 100 entidades contrárias à construção de Belo Monte, os indicadores do município de Altamira, cidade-polo da obra, não se prestam a festejos: entre 2011 e 2012, a apreensão de crack pela Polícia Civil aumentou 900% em Altamira, enquanto a quantidade de cocaína foi ainda maior, aumentando em cerca de 12 vezes; a prostituição também tem aumentado de forma exponencial no município. Dados veiculados pela Agência Brasil de Comunicação e pela Universidade Federal do Pará confirmam que o período de crescimento do tráfico e da prostituição em Altamira coincide com o início das obras de instalação da hidrelétrica, em 2011. Segundo os dados mais recentes da Secretaria de Planejamento de Altamira divulgados pela Agência Brasil, a população do município cresceu de 99 mil habitantes, em 2010, para cerca de 145 mil habitantes em 2012.

O Ministério Público Federal no estado do Pará (MPF/PA) endossa a preocupação dos movimentos sociais: segundo os procuradores da república, a demora da Norte Energia em cumprir as condicionantes mínimas estabelecidas pelo Ibama³ para as obras está causando colapso em vários serviços públicos da região e danos às condições de vida das populações afetadas (MPF, 2012). Até o momento (agosto de 2014), existem 20 processos judiciais iniciados a partir de ações do Ministério Público Federal referentes à construção da UHE Belo Monte. Os processos tratam de diversas ilegalidades, que abarcam o processo de licenciamento ambiental, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas sem regulamentação, o não cumprimento de medidas obrigatórias de prevenção e redução

³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão responsável pelo licenciamento ambiental na esfera federal.

dos impactos, os riscos de remoção de povos indígenas e a violação dos direitos da natureza e das gerações futuras. Desses 20 processos, apenas a primeira Ação Civil Pública (ACP), sobre a esfera estadual ou federal do licenciamento, foi julgada, sendo a decisão em favor do MPF.

Portanto, do estudo do inventário do potencial energético da bacia hidrográfica do Rio Xingu, iniciado em 1975, até a autorização para a construção da usina hidrelétrica, se passaram quase 40 anos, muitas pessoas, muitos planos, muitas expectativas, e, essencialmente, muitas controvérsias. Constituindo a formulação e a execução deste projeto, há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde estratégias de governo a membros do “setor elétrico”, que articula do capital internacional a empreiteiras. Dessa forma, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, sempre sendo mantido por uma profunda e duradoura vontade política e institucional de realizá-lo.

De outra parte, há uma não menos intensa e persistente rejeição ao projeto. Essa rejeição traz em seu bojo um dos principais marcos do surgimento do socioambientalismo, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989, quando grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos, ambientalistas e entidades da sociedade civil, decidiram protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Este fato é especialmente importante porque, de acordo com Cunha e Almeida (2009, p. 277), a partir de então ocorreu uma “surpreendente mudança de rumo ideológico”, na qual “as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao ‘desenvolvimento’, ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade”, basicamente pela sua associação à conservação ambiental. A própria noção de “populações tradicionais”, entendida como sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto.

Para se analisar a complexidade das relações entre os distintos grupos envolvidos, acompanhando os movimentos de deslocamento entre indígenas, militantes de movimentos sociais e instituições estatais – que, em alguns casos, são vínculos que se acumulam nas trajetórias pessoais dos que participam dos embates em torno de Belo Monte –, impõe-se a análise da trajetória do conflito, mas, contudo, atentando para os movimentos de transformação, cruzada e simultânea, dos distintos sujeitos do conflito ao longo de sua

trajetória. Isto é, iremos nos servir do idioma da coprodução para reinterpretar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte com o objetivo de não recair em polarizações e dicotomias em torno deste processo.

Usina, gente e rio: Belo Monte sob o idioma da coprodução

“Você ainda não olhou o mapa da Volta Grande do Xingu? Nós somos esse pontinho aqui.” (Ribeirinha, militante do MAB, Comunidade Arroz Cru, maio/2011).

A análise da dinâmica do conflito em Belo Monte torna-se inócua se não se voltar no tempo – os estudos para a implantação da hidrelétrica remontam a 1975, e também a esse período remontam os primeiros marcos da disputa. No entanto, ao se realizar esse exercício de narrativa do histórico do conflito, percebe-se que uma série de transformações nos grupos envolvidos e nos espaços mobilizados tem lugar, de forma contínua e associada.

De fato, a partir da reconstituição do histórico do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, percebe-se que configurando a formulação e a execução deste projeto há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde o capital internacional a empreiteiras, de estratégias de governo a membros do “setor elétrico”. Para que o projeto atravessasse distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário, foram necessários ajustes, alterações, transformações, nas mais distintas esferas: paisagens, movimentos, tecnologias.

Sendo assim, para reinterpretar o conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte iremos nos servir do idioma da *coprodução* com o objetivo de não recair, de maneira intencional ou não, em uma sobredeterminação do papel da natureza ou da sociedade neste processo.

Neste caso o idioma da coprodução parece especialmente válido. Segundo Jasanoff (2006, p. 03), a coprodução pode ser vista como “uma crítica à ideologia realista que persistentemente separa os domínios da natureza, fatos, objetividade, razão e política [*policy*] daqueles da cultura, valores, subjetividade, emoção e política [*politics*].”⁴. A justificativa para se valer desse idioma reside na assunção de que ganhamos poder explicativo se pensarmos as ordens social e natural como sendo produzidas conjuntamente. De acordo com Jasanoff (2006, p. 02): “em síntese, a coprodução é um atalho para a

⁴ Tradução livre da autora a partir do original em inglês, assim como nas demais citações de Jasanoff (2006).

proposição de que as formas pelas quais a gente conhece e representa o mundo (ambos, natureza e sociedade) são inseparáveis das formas pelas quais nós escolhemos viver neste mundo”.

São distintos os autores e as abordagens que fazem uso desse idioma para analisar suas questões de pesquisa; para os objetivos deste artigo, o mais interessante é que o idioma da coprodução, assumindo a influência das proposições de Latour e dos últimos trabalhos de Foucault, propicia a possibilidade de se visualizar certas forças “hegemônicas” não como dadas, mas como os (co)produtos de interações contingentes e de práticas (JASANOFF, 2006). Esses *insights* podem, por sua vez, abrir novas oportunidades de explicação, crítica e ação social, visto que:

Nem a existência das coisas nem nosso conhecimento sobre elas podem ser assegurados [taken for granted] nessa abordagem. Em vez disso, o objetivo é iluminar como estados de conhecimento particulares passam a existir, o que os faz persistirem ou desaparecerem, e como eles modelam e são modelados pelos mais profundos compromissos políticos e culturais, assim como cognitivos e materiais das pessoas. (JASANOFF, 2006, p. 274).

No que diz respeito a Belo Monte, essa abordagem pode mostrar como, ao longo desses 40 anos, para se assegurar o processo de construção da usina hidrelétrica tanto quanto para constituir a sua resistência, uma longa rede se constituiu, no sentido a que se referem Law (1992), Latour (1994) e Haraway (1995). O objetivo da alusão à ideia de rede é exatamente o de reforçar não o sentido de algo plenamente estabelecido, mas, ao contrário, sua remissão ao caráter heterogêneo e instável das articulações (ROHDEN, 2012). Como afirma Fabíola Rohden:

Resumidamente, o que se impõe é a ideia de rede complexa e que nos impede de escolher um ponto de vista a priori, como o dos cientistas [...], o que certamente implicaria no fracasso de um entendimento mais aprofundado. Evidentemente, dar conta de mapear toda a rede é uma pretensão que não se coloca, não só pelas dificuldades que seriam inerentes a essa tarefa, mas por sua localização e existência depender de cada situação. Porém, o que se torna imprescindível é exatamente a percepção das múltiplas conexões, possivelmente inesperadas, e o descentramento de certas perspectivas ou “objetos”. (ROHDEN, 2012, p. 50).

Assumindo essa abordagem, a trajetória do conflito em torno de Belo Monte pode ser reinterpretada⁵ com o objetivo de se ressaltar os movimentos de coprodução nele implicados e sua importância na definição do conflito ambiental.

O ponto inicial da história de Belo Monte é também o seu personagem central: o Rio Xingu. Por isso, por ele começaremos nossa breve resenha de reconstrução do conflito. Para retomar os principais marcos nesse histórico e, simultaneamente, recuar no tempo e avançar no espaço tal qual impõe a análise de Belo Monte, vamos adotar a estratégia de definição de um *programa de ação*, isto é, a narrativa da série de “objetivos, passos e intenções que um agente pode descrever numa história” (LATOUR, 2001, p. 205). O programa de ação analisado é o de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em oposição a essa construção, se define um antiprograma, cujo objetivo é não permitir que o Xingu seja barrado. Os distintos agentes, destacados aqui em negrito, exercem sua ação ao autorizar, habilitar ou capacitar as associações de uns com os outros e, assim, influenciar os diferentes programas. Para fins de sistematização, as etapas serão numeradas de um a seis. Portanto:

1ª etapa: No início, havia o **Xingu**, um dos principais afluentes da margem direita do rio Amazonas. No contexto da **Bacia Amazônica**, a sub-bacia do Xingu situa-se entre as maiores em termos de área, cortando os estados do Mato Grosso e Pará. O Rio Xingu caracteriza-se por variações significativas de volume escoado entre épocas de cheia e de estiagem. Ainda assim, suas vazões médias são superiores às da maioria das grandes bacias não amazônicas. De acordo com Miranda et al (1988, p. 83), “a soma das vazões médias dos Rios Danúbio, Pó, Reno, Ródano, Nilo, Loire, Sena e Ebro representa aproximadamente a vazão média do Rio Xingu”.

2ª etapa: O Xingu é também conhecido por ser um “**rio indígena**”. De fato, ao longo da bacia do Xingu existem 21 **Terras Indígenas** (TI) demarcadas, onde vivem 24 povos indígenas, que falam mais de vinte línguas diferentes. Apenas na região do médio Xingu (onde se situa Belo Monte e que engloba também os Rios Iriri, Curuá, Bacajá e seus tributários) encontram-se 13 etnias distribuídas em 17 Terras Indígenas: **Arara** (TI Arara e Cachoeira Seca), **Arara do Maia** (TI Arara do Maia), **Araweté** (TI Araweté), **Asurini do Xingu** (TI Koatinemo), **Juruna do Paquiçamba** (TI Paquiçamba), **Juruna** (TI Boa

⁵ Em função do volume de dados relacionados a esse histórico, associado às limitações de espaço do presente artigo, neste momento tratar-se-á de destacar alguns aspectos do projeto. Para uma discussão mais abrangente e uma contextualização das entidades que são aqui referidas, ver Fleury (2013).

Vista), **Kararaô** (TI Kararaô), **Kayapó** (TI: Kayapó, Mekrãgnoti, Badjonkore e Baú), **Kuruaya** (TI Kuruaya), **Panará** (TI Panará), **Parakanã** (TI Apyterewa), **Xikrin do Bacajá** (TI Trincheira- Bacajá), e **Xipaya** (TI Xipaya) (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

Assim, a região do médio Xingu “notabiliza-se por se constituir no que pode ser considerado uma grande província multiétnica”, reunindo povos pertencentes a três dos quatro macro-troncos linguísticos existentes no Brasil: Tupi (Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaya, Parakanã e Xipaya), Jê (Kayapó, Xikrin e Kararaô) e Karib (Arara), não existindo apenas falantes de língua Aruak (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

3ª etapa: Nos anos 1970, em meio ao afã desenvolvimentista e da profusão de lemas como “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, o governo militar construiu a rodovia **Transamazônica** e fez um inventário do potencial hídrico da bacia do Xingu. Com a Transamazônica, vieram os colonos, **agricultores familiares** provenientes dos estados do Nordeste e do Sul do Brasil. Com o estudo de inventário, o **Aproveitamento Energético** da bacia do Xingu passou a se tornar foco de estudo de técnicos e engenheiros.

4ª etapa: Com o estudo e a publicação dos “**Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu**” (CNEC, 1980), veio o “**setor elétrico**”, formado pela **Eletrobrás** e sua subsidiária, a **Eletronorte**, pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas e pelas **empreiteiras**, como Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz-Galvão, entre outras. O CNEC contactou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para a indicação de **antropólogos** que pudessem analisar preliminarmente possíveis consequências junto aos povos indígenas dos barramentos no Xingu (MAGALHÃES, 2005). Por sua vez, os estudos de inventário trouxeram consigo também a preocupação dos **Kayapó**, que, por sua vez, acionaram o CEDI e estreitaram os laços com a **Prelazia do Xingu**. Em 1988, foi publicado o **livro** “As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas” (SANTOS e ANDRADE, 1988). É realizado, então, o **I Encontro dos Povos Indígenas de Altamira**, em 1989, e com ele vêm à cena **ONGs** ambientalistas, **jornalistas**, celebridades. Os **Povos da Floresta** se apresentam como novos sujeitos políticos. Naquele momento, eram previstas **cinco barragens** ao longo do Xingu, e a principal delas, **Kararaô**, iria inundar 1.225km² para a construção de seu **reservatório**. A esta época, os agricultores da Transamazônica tinham se articulado no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST).

A grande projeção do Encontro de Altamira mostrou que o “**custo sociopolítico**” da construção de Kararaô era alto. O **Banco Mundial**, que em 1984 havia emprestado para o governo brasileiro 500 milhões de dólares firmando o “Power Sector Loan” [Empréstimo para o Setor Energético], não aprovou a continuidade do programa, que previa mais 350 milhões de dólares à Eletrobrás, apresentando para tanto diversas razões, inclusive de ordem socioambiental (GOODLAND, 2005). O projeto de construção da barragem, que não poderia mais se chamar Kararaô, é protelado.

5ª etapa: Apagão, crise energética, governo FHC, reordenamento do setor elétrico brasileiro implicam em mudanças no projeto: Kararaô, agora **Belo Monte**, volta à cena. Técnicos do DNAEE e da Eletrobrás estudam alternativas para viabilizar a hidrelétrica. Os estudos apontam para uma mudança do local de barramento, situando-se mais à montante e adicionando-se **canais** para o desvio do Xingu. Dessa forma, nenhuma terra indígena seria alagada e o reservatório, agora planejado para uma usina movida a fio d’água, pode ser reduzido a praticamente a metade do planejado inicialmente. Novos estudos de viabilidade, e a CEPREL conclui pela “alta **atratividade econômica** do empreendimento” considerando aquela que passa a ser chamada “alternativa canais”. Contudo, assim que os **Estudos de Impacto Ambiental** começam a ser elaborados, o **Ministério Público Federal** no Estado do Pará move **ação civil pública** que embarga o processo: o EIA deveria ser analisado pelo **Ibama**, e não pela SEMA/PA.

O projeto de construção da hidrelétrica fica estagnado, até que, em 2003, muda o cenário político: **Lula** na Presidência da República, **Dilma Rousseff** no **Ministério de Minas e Energia**. Belo Monte é incorporada como obra prioritária do **PAC**. A autorização do **Congresso Nacional** para a retomada dos estudos ambientais é concedida em 2005. Em 2007, o Ibama emite o Termo de Referência para a elaboração do novo **EIA-RIMA** da hidrelétrica.

Com a adesão do **PT** ao projeto de construção de Belo Monte, o movimento social se divide, separando o **Xingu Vivo** da **FVPP**, atual desdobramento do movimento social que se iniciou com o MPST. É formado o consórcio **Norte Energia** e há o leilão de concessão da usina. Localmente, os **Xikrin** brigam com os **Kayapó**, que se aliam com os **Arara** e os **Juruna**, outrora inimigos.

6ª etapa: Apesar das 15 ações civis públicas na justiça, o licenciamento ambiental avança e a **licença prévia**, a **licença parcial de instalação** e a **licença de instalação** são emitidas. Início das obras. “Para fora”, isto é, para além do contexto

regional, a rede de resistência se fortalece: via **ISA**, o Xingu Vivo forma o **Painel de Especialistas**, reunindo pesquisadores pertencentes a centros de pesquisa distribuídos por todo o Brasil para embasar as ações do **MPF**; intervêm a **Avaaz**, a **Amazon Watch**, a **International Rivers**, e até mesmo artistas com forte apelo popular criam, a partir do Rio de Janeiro, o **Movimento Gota d'Água**, disponibilizando uma página na internet e vídeos contrários à construção da hidrelétrica. Petições *online* são organizadas e ganham a adesão de subscritores de todo o mundo. “Para dentro”, localmente, instalam-se divergências entre **FVPP**, **Xingu Vivo**, **Prelazia do Xingu**, **MAB**, **CIMI**, **Consulta Popular**. O governo federal fortalece o empreendimento via **PDRS Xingu**, **Cidadania Xingu**, e **Escritório local da Presidência da República**. O Consórcio Construtor Belo Monte (**CCBM**) começa a atuar na região.

Ou seja, ao longo de décadas de conflito, pode-se perceber movimentos de coprodução de grupos, de espaços, de territorialidades, de documentos, livros, eventos, que se articulam e se “retroalimentam”. Assim, cada etapa do programa de construção de Belo Monte, da discussão de sua necessidade e de sua viabilidade à emissão de licenças e à chegada de maquinário, constrói e desfaz redes e paisagens. Esses movimentos podem ser sintetizados em três principais momentos: 1) produção do Xingu como potencial energético / produção de indígenas e povos da floresta como ambientalistas; 2) produção da viabilidade do projeto / produção do Xingu Vivo; 3) produção das obras / produção da rede internacional de oposição à Belo Monte.

De acordo com Stengers (2003), quando se produz um duplo processo de constituição de identidade, isto é, quando “sobre um modo ou outro, e usualmente sobre 13 modos completamente diferentes, as identidades que se coinventam integram cada uma por sua própria conta uma referência à outra”, há um processo de *entrecaptura*. A autora se refere deste modo a um processo de “coprodução de identidades” (STENGENS, 2003, p.43), mas interpretando o conceito de coprodução sob a luz do conceito de *preensão* de Whitehead. Para este filósofo, as entidades alcançam sua atualidade por operações que são mais da ordem da apreensão [*prise*], da apropriação, ou ainda da *captura*, do que da realização ou da construção. Ou seja, a ideia de transformação mútua entre entidades – sejam elas objetos, técnicas, sujeitos e/ou paisagens – é o elemento central do conceito, que é incorporado na noção de entrecaptura. Para Stengers (2003, p. 48), opera-se assim um deslocamento da atenção e das questões, abandonando-se “as problemáticas filosóficas clássicas, tais como sujeito e objeto, que comunicam sempre com questões de direito, de

legitimidade, e portanto também com o poder de desqualificar”, para, a partir da noção de entrecaptura, se colocar o foco sobre o evento, sobre um “como funciona”. Dessa forma, não se envia a uma instância mais geral a qual as transformações constituiriam uma tradução local, mas ao aqui e agora que elas fabricam e que as torna possíveis (STENGERS, 2003).

No conflito em torno da construção de Belo Monte, se repensar as transformações das distintas entidades envolvidas como processos de entrecaptura permite realizar um deslocamento da atenção para que se constate que *coisas* – rio, barragens, relatórios, Sistema Interligado Nacional – e *pessoas* – engenheiros, índios, militantes – se constroem e se transformam juntos, em cadeias de associações.

Nesse sentido, esta entrecaptura de sujeitos, objetos e sentidos apareceu talvez de forma mais definitiva neste conflito na mudança – técnica – no local de barramento do rio⁶. Esta decisão, que é apresentada pela Eletronorte como economicamente mais atrativa (ELETROBRÁS, 2002), permitiu que os Estudos de Impacto Ambiental voltassem a ser analisados com a anuência do Congresso Nacional por neste novo projeto não ser alagada nenhuma Terra Indígena. Ainda, ao reduzir significativamente o tamanho do reservatório, essa alteração é apontada como uma concessão ao socioambientalismo, o que atestaria que a hidrelétrica, no atual projeto, é *sustentável*.

Nesse ponto, parece especialmente interessante a discussão que Latour (2003) propõe sobre a coprodução entre a sociedade e as inovações técnicas. Ao analisar como objetos técnicos, tais como o cinto de segurança dos veículos, as chaves de hotel que são acopladas a pesos volumosos, os quebra-molas que obrigam os motoristas a desacelerarem próximo a uma escola, incorporam em suas concepções deveres morais – não expor sua vida e a de outros passageiros a riscos; devolver a chave do quarto à recepção do hotel; não circular à alta velocidade onde há crianças se deslocando –, Latour afirma que aqueles que dizem que no mundo demasiadamente tecnificado falta moralidade se enganam: este mundo é ainda mais sobrecarregado de moral, que se encontra incorporada na “natureza das coisas” (LATOURE, 2003, p. 32), estando, assim, localizada em um nível além do passível de discussão – e, por consequência, obviamente, além do passível de

⁶ No início dos anos 2000, os estudos realizados para a viabilização socioeconômica do projeto indicaram uma mudança do local de barramento do rio, situando-o mais ao montante e adicionando-se canais para o desvio do Xingu. Dessa forma, nenhuma terra indígena seria alagada e o reservatório, a partir de então planejado para uma usina movida a fio d’água, pode ser reduzido a praticamente a metade do planejado inicialmente (de 1.225 km² para 516 km² de área alagada).

contravenção. A transformação do projeto de Belo Monte, que passa a ser planejada para funcionar a fio d'água, exigindo um menor reservatório e, sobretudo, o não alagamento de terras indígenas, incorpora a moral constitucional – “terras indígenas não podem ser alagadas” – em sua definição *técnica*.

Assim, o empreendimento se legitima ao mesmo tempo em que se exime da discussão moral acerca de sua viabilidade. A controvérsia moral sobre o uso de terras indígenas é substituída por uma mudança de engenharia: aos críticos à construção da hidrelétrica, responde-se definitivamente que o projeto já foi alterado para se atender às demandas socioambientais, e, dessa forma, os impeditivos já foram *contornados* tecnicamente. Desta forma, a mediação técnica atuou como uma forma de tradução, no sentido de desvio (LATOURET, 2002), de um objetivo político, visto que o não alagamento não implica na não interferência nas terras indígenas, já que estas ficarão, em vez de alagadas, praticamente sem água⁷.

Portanto, percebe-se que a história de Belo Monte não é só a história da obra (início do inventário, mudança no projeto, início da obra, impactos decorrentes), nem só a história das relações de poder entre as pessoas, visto que essas relações se transformam em função da mediação das *coisas*. Como afirma Latour (2003, p. 44), “o sentido não preexiste aos dispositivos técnicos”, sentidos e técnicas são coproduzidos, capturados mutuamente, ao longo dos esforços de realização de programas de ação.

Considerações finais: da coprodução à cosmopolítica

A análise centrada nas mediações e traduções mútuas de entidades, ainda que pertinente, poderia dar uma ideia de simetria no processo de coprodução, ou de entrecaptura. Contudo, o que se percebe é que há entrecapturas distintas, caracterizadas por restrições lógicas e sintáticas diferentes. Essas distinções se tornam claras no que se refere ao controle do tempo. Ainda que em todos os casos estejam em curso movimentos de tradução de objetivos, interesses, dispositivos, no conflito em Belo Monte é constantemente necessária a tradução, além de objetivos e interesses, de tempos muitas

⁷ Essa concepção que admite como atingida pelo empreendimento estritamente a área a ser inundada com a realização da obra configura aquilo que Vainer (2008) denomina concepção hídrica dos efeitos sociais dos projetos. Contudo, o autor afirma que “tem ficado evidente que municípios sem qualquer área inundada podem sofrer mais severamente as consequências da implantação de uma hidrelétrica que aqueles com áreas tomadas pelo reservatório” (VAINER, 2008, p. 43).

vezes contraditórios. O tempo do projeto é o tempo do que é pensado de forma exógena, visando estratégias geopolíticas, e que tem que ser executado rapidamente, no ritmo do mercado. O tempo dos moradores locais, indígenas, agricultores e ribeirinhos, é o tempo lento, do rio que sempre correu, e que se deseja que sempre possa continuar correndo em seus movimentos cíclicos de cheia e seca. Dessa forma se constata, por um lado, a imposição de um ritmo acelerado por parte do programa de construção de Belo Monte, de maneira perturbadora para os moradores locais:

A gente já ouvia falar de Belo Monte há muito tempo. Só que a gente vivia meio calmo, a gente vive na propriedade da gente, tranquilo, rabalhando, sossegado, na minha roça. [...] Eu acho que a minha vida, antes dessa aceleração de Belo Monte, com certeza, minha vida era muito melhor! Muito superior! [...] Então hoje a gente vive muito assim, não vive sossegado. (Trecho de entrevista: Agricultor familiar, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Nesse contexto, não apenas os habitantes de Altamira e Volta Grande do Xingu se sentem pressionados pelo ritmo imposto, mas também aqueles que se propõem realizar a mediação entre as necessidades locais e o projeto relatam angústia de se sentirem atropelados:

O ritmo é alucinante, e a gente está sempre correndo atrás. Do ponto de vista acadêmico o processo foi totalmente atropelado. (Trecho de entrevista: Pesquisador, membro do Painel de Especialistas, Altamira, maio/2011).

Eu tô angustiado, porque pô, tô sendo atropelado pelo processo. Eu estava conversando com o Zé Carlo [cacique Arara] sobre o plano emergencial e ele falou 'a gente não tem pressa', mas o plano não espera, o licenciamento não espera, não dá tempo de ninguém ser ouvido, é um projeto avassalador. (Trecho de entrevista: Coordenador regional Funai, Altamira, julho/2011).

Por outro lado, contudo, para alguns aspectos também a lentidão é administrada. É esse o caso das ações solicitadas no licenciamento ambiental como medidas de mitigação de impactos do empreendimento, chamadas de *condicionantes*, que não seguem o mesmo ritmo acelerado das obras:

As condicionantes são condições de acontecer a obra em função da realização delas. Entendeu agora? É o que vai acontecer antes, durante e depois. E tem gente que acha que tem que fazer tudo antes da hora, e não pode ser assim, as pessoas têm que entender que tem coisas que não pode ser da sua maneira. Que tem que ser uma coisa pensada, trabalhada, conversada, com calma. (Trecho de entrevista: Presidente do Consórcio Belo Monte, Altamira, junho/2011).

É também sobre uma lentidão por parte do programa de ação de construção de Belo Monte que se pauta a medida cautelar na Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro, ao denunciar o não julgamento das ações civis públicas contrárias à hidrelétrica:

A nossa petição na Corte Interamericana de Direitos Humanos se baseia na demora injustificada no processo, que é uma das três exceções para se recorrer à Corte antes de se esgotar todos os recursos internos. Ou seja, a gente se baseia no fato de que o Estado brasileiro tem demorado mais do que o plausível para julgar as ações de comprovada gravidade e urgência para proteger a vida e a integridade pessoal das comunidades da Bacia do rio Xingu. (Trecho de entrevista: Advogada da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Belém, agosto/2011).

Assim, não se tratam apenas de mudanças e transformações rápidas em função da obra, mas efetivamente de um *controle do tempo*, como resume a fala abaixo, se referindo ao licenciamento ambiental:

O processo de licenciamento é uma mesa cheia de ampulhetas. E você vai virando ampulheta por ampulheta, mas você não tem condição de virar todas. E uma ali acaba, esgota... [...] É isso, é em cima de tempo que a gente trabalha. Exatamente isso. O tempo de resposta de uma comunidade, o tempo de absorção das propostas na comunidade, o tempo de absorção das propostas do empreendedor das medidas ambientais pelo órgão ambiental, o tempo de implementação das medidas, e cada um tem o seu ritmo, e a essência das discussões também é o tempo. A expectativa de cada um, a expectativa do empreendedor era ter essa licença de instalação em 2010 ainda. E não foi possível. Pelas exigências que a gente fez, de acordos com as prefeituras, e aí a prefeitura tem o tempo dela pra fechar o acordo, as condições dela, as demandas dela pra fechar o acordo, as negociações. É isso, é o tempo. (Trecho de entrevista: Diretor de Licenciamento Ambiental Ibama, Brasília, agosto/2011).

Portanto, se antes era claro que o conflito em Belo Monte era um conflito pela apropriação do espaço, é importante se considerar que é também um conflito pelo controle do tempo. Com efeito, a própria ideia de desenvolvimento, que traz em si um imaginário de progresso e é o centro dos argumentos favoráveis à construção da hidrelétrica, pauta-se por uma definição sobre o tempo: os lugares a serem desenvolvidos – os quais Escobar (2008) afirma serem construídos como *‘developmentalizable’* – são geralmente apresentados como lugares atrasados, que precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que se quer presente. É justamente contra a “aceleração de Belo Monte” que se posiciona o agricultor da Volta Grande do Xingu no trecho acima citado. Nesse sentido, se opor à imposição de um ritmo é se opor também à concepção de uma

linearidade histórica em que os que não se identificam com a modernidade estariam atrasados, isto é, no passado.

Assim, a definição mesma de quem compõe o presente se torna parte da disputa. Nesse contexto, aqueles que não se enquadram no ritmo desejado devem se adaptar, ou, se tornam deslocados:

Eu fiz esse exercício uma vez para me ajudar na análise do processo todo, a linha do tempo do licenciamento e do componente indígena: completamente deslocado. Você tem o processo andando e o componente indígena tentando pegar atalhos e brechas, e ao mesmo tempo levando toda a culpa por tudo. [Trecho de entrevista: Coordenadora Geral de Gestão Ambiental Funai, Brasília, agosto/2011].

Nesse sentido, se Belo Monte é o ponto de encontro de perspectivas que se atualizam mutuamente, importante lembrar que as perspectivas são forças em luta (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), e é no controle do tempo, entre outros, que o programa de construção da hidrelétrica impõe a sua agência. Portanto, se a simetria pode ser adotada como ferramenta metodológica, isto não implica em se considerar que, analiticamente, as distintas entidades que compõem o conflito ocupem posições simétricas. Dessa forma, se como afirma Stengers (2003, p. 344), a exigência do princípio de simetria proposto por Latour (1994) impõe que se possa descrever e comparar sem ter que se reconhecer os obstáculos intrínsecos a essa comparação, há de se considerar que “uma exigência cria um problema e não garante uma resposta que a satisfaça”. Para dar conta de abarcar os problemas relativos à extensão da simetria metodológica à simetria analítica, é preciso abdicar-se desse princípio. E, nesse sentido, a proposição cosmopolítica de Isabelle Stengers ganha força, visto que:

a questão cosmopolítica impõe, por sua vez, que se construam as palavras que vão desacelerar o problema, que o impeçam de se precipitar em direção a uma solução, e notadamente em direção à perspectiva de uma “triagem” entre práticas tornadas comparáveis, que se deixaria surgir a perigosa figura de um “jardineiro” efetuando as comparações e efetuando os critérios da “triagem”. (STENGERS, 2003, p. 344).

Portanto, não se trata aqui apenas de descrever e se comparar práticas e movimentos de coprodução, mas, *a partir* dessa coprodução, analisar a questão em termos políticos, ou, mais precisamente, cosmopolíticos. Pois, de acordo com a autora de sua formulação:

Ao termo “cosmopolítica” corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas: a experiência, sempre ao presente, daquele em que atravessa o sonho do outro. Entrecaptura não simétrica que não garante nada, não autoriza a nada e não pode ser

estabilizada por nenhuma restrição, mas por onde aquele que atravessa e aquele que é atravessado se submetem um ao outro ao exame que constitui a efração desse terceiro termo “assustador”, não apropriável por nenhuma medida: “Nós não estamos sozinhos no mundo”. (STENGERS, 2003, p. 355).

Portanto, torna-se necessário analisar a dinâmica dessa copresença problemática de pessoas, relatórios, lugares, paisagens e seres “outros que humanos” (DE LA CADENA, 2010) em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p.

BOLSTANSKI, Luc. **De la critique** – Précis de sociologie de l’émancipation. Paris, Éditions Gallimard, 2009. 294 p.

BOUDES, Philippe. L’environnement, domaine sociologique. Tese de Doutorado - **Université Bordeaux 2 – Mention Sociologique**. Avril/ 2008. 536 p. 27

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de ‘la política’. **World Anthropologies Network (WAN)** - Red de Antropologías del Mundo (RAM). N. 04, January, 2009.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes : Conceptual reflections beyond « Politics». **Cultural Anthropology**, Vol. 25, Issue 2, pp. 334–370. 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**. place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

FLEURY, Lorena C. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese de Doutorado em Sociologia. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)**. 2013.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

HAGE, Ghassan. Critical anthropological thought and the radical political imaginary today. **Critique of Anthropology**. 2012 32: 285

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. No. 5, pp7-42, 1995.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge** – The co-production of science and social order. Routledge: London and New York, 2006. 317 p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Petites leçons de sociologie des sciences**. Paris, La Découverte, Point Seuil. 2003. 253p.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Política e sociedade na construção de efeitos de grandes barragens: o caso Tucuruí. *In*: SEVÁ Filho, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mõ** – Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

MEDEIROS, Hermes. Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Sobre a Vida Selvagem, Incluindo Implicações Socioeconômicas. *In*: MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em set/2010 . 2009.

ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. *In*: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P.. (Org.). **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. 1ed.São Paulo: Terceiro Nome, 2012, v. , p. 49-57.

SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. *In*: Santos, L., e Andrade, L., **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São. Paulo/CPI. 1988.

STENGERS, Isabelle. Cosmopolitique – I ; II. Collection: La Découverte Poche / Sciences humaines et sociales n°161. 2003.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. *In*: LOLIVE, J. SOUBEYRAN, O. **L’emergence des cosmopolitiques**. Paris : La Découverte. 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas** – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**. Paris: PUF (Métaphysiques), 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. *In*: SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As**

hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

ZHOURI, Andrea ; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.